

do PSE, observando inicialmente ter sido mais uma vez mal interpretado pelo Plenário, e que realmente no vídeo Público muitos vezes o político era mal interpretado e que no futuro outros fatos idênticos se repetiriam, pois fazem parte da abundância Pública. Disse que sua intenção em votar o Projeto de Resolução nº 009/93 em votação, representava uma antiguidade, não só do PSE, do PT, mas de todas as Associações e Sindicatos que frequentemente manifestavam apoio à criação da Tribuna Livre, e o conseqüente democratização dos espaços do Legislativo para a sociedade. Afirmou que não era levado pelo sentimento de apreço, ali porque não precisava de tais expedientes, e se fosse preciso a Câmara estaria cheia com representantes classistas em apoio ao Projeto de Resolução. Abordando a última reunião, quando comentara sobre Sindicatos de alguns Senadores solicitando melhoramento para bairros e ruas do Município, disse que de forma alguma houve a intenção de ofender ou atingir explicitamente a determinados Senadores, mas apenas fazer um alusão aos problemas de ordem Técnica, de ordem racional etc, e que podiam prejudicar a imagem da Câmara como um todo. Explicou que naquela oportunidade não fora movido por qualquer intenção de ridicularizar colegas, e assim, se algum Senador se sentiu ofendido, pedia desculpas. Ainda sobre a mesma Sessão, falou sobre a criação de Aplausos dirigida o Órgão de Imprensa da Região, e que na oportunidade pediu o registro de sua ausência do Plenário, porque não se sentira à vontade para votar Aplausos para Órgão que não conhecia. Disse ainda, que os argumentos contidos na justificativa do Requerimento eram insuficientes para embasar o seu voto e, assim, não haveria intenção em diminuir o respeito criado, e muito menos a justificativa do Senador autor e assim, incluiu seu voto. Não havendo mais assuntos para o uso da Tribuna em Sessão Pública, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetido a apreciação de mérito, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

*Ma*

Ata da Quarta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 17 de agosto do ano de 1993.

Às dezessete horas do dia 17 de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência em exercício do Vereador Luiz Antônio de Nello Sobias e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Nulu Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dezoito responderem a chamada regimental os seguintes Vereadores: Ayr Silva da Rocha, Odalton Pinto de Andrade, Aires Pinho de Figueiredo, Alfredo Luiz do Rocha Barcelo, Antônio Carlos de Carvalho Fundade, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Eduardo Carlos Keta, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Joaquim Schvinnat, Milton Roberto Pereira de Souza, Wilson do Silva Pereira. Abaindo número regimental, o Senhor Presidente em exercício Vereador Luiz Antônio de Nello Sobias declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada Ata da Sessão Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente em exercício passou a Tribuna aos Vereadores inscritos em livro próprio, já que não havia impedimento para ser lido. Fez uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Alfredo Luiz do Rocha Barcelo do PT, e inicialmente disse que iria trazer um paralelo através de dados, entre os fatos ocorridos no País e sua repercussão e consequências no desenvolvimento. Observou que inicialmente relacionaria tais fatos políticos e grande imprensa, a reputação que vive nos últimos anos, principalmente como fato marcante, a grande participação da imprensa na decisão da última campanha para a Presidência da República, cobrindo debates e confeccionando informações distribuídas ao povo, o que para o PT era uma grande questão a manipulação. Disse que haviam sido vítimas de um processo que alguns de forma corruptiva o Senhor Fernando Collor tem as consequências conhecidas por todos. Disse que o PT queria a revisão dos meios de comunicação no País, porque existe um setor da economia Nacional interessada em ainda continuar manipulando informa-

cre. Indagou o q. não estaria fazendo aqui o grande Imprensa, quando  
 no momento o PT em São Paulo era liderança de pesquisas, colocando sem-  
 nalmente o Partido dos Trabalhadores na primeira página. Lembrava sobre as  
 notícias publicadas na última semana, nos jornais mais conhecidos como O  
 Globo, O Dia, O Jornal do Brasil, tentando colocar o PT em contradição,  
 informando para os leitores que a proposta defendida para o Governador  
 dual, pelo deputado do PT, Paulo Saim, ou seja reajuste de salários  
 na base de cem por cento da inflação, não havia sido estendido nas  
 Administrações Públicas do próprio PT. Disse ainda, que abordava o  
 assunto, porque encontrava-se na casa do Selo do Governo Municipal a  
 Comissão da Câmara do Projeto de Política salarial do Executivo, em  
 relação aos inativos e em relação a Comissão de sua autoria solicitando  
 a aprovação de uma Câmara salarial. Observeu que não podia deixar de  
 esclarecer para poder não deixar dúvidas daquilo que muitas vezes lia  
 e filhava nos órgãos da grande imprensa e tinha uma finalidade, as vezes  
 eram informações tendenciosas. Disse que não se podia prescindir, não se  
 podia deixar de ter algumas informações para que as coisas não fossem  
 na escuridão que uns tinham mais do que os outros, ou, porque tinham  
 mais mídia, ou, porque tinham mais meios de comunicação com a  
 capacidade de convencer a maioria. Observeu que o que importava era a  
 realidade da época, e, a política salarial praticada em São Horizonte era  
 do seu conhecimento, porque tinha o projeto de lei apresentado e votado  
 para o funcionalismo, e, por acreditar na proposta do Município de São  
 Horizonte, que não estava em contradição com a proposta apresentada  
 no Congresso Nacional pelo Deputado Paulo Saim, porque o reajuste po-  
 dia inclusive ter aumentos acima da inflação, de cento e trinta e cinco  
 por cento da inflação, mas estava atrelada a arrecadação Municipal.  
 Disse que o PT ganhava em seu governo, não só de Lobo Filho, mas tinha a  
 certeza que apesar das grandes campanhas o PT não desmerecia dos in-  
 dices, porque o PT não tinha apenas população, mas trabalho onde  
 estava administrando. Disse que no presente, a população de São Paulo já  
 devia estar amparada por causa do reajuste que tomava, pois toda a infra-  
 estrutura de transporte em São Paulo estava sendo desmontada e, o PT que não  
 conseguia realizar os sonhos em São Paulo porque era muito pequeno pelo me-

que não deixara alguma coisa a esmoço. Afirmou que a grande imprensa não devia de forma irresponsável ficar querendo reduzir as pessoas, tratando como se nos seus cadernos que existiam contradições, que o PT era irresponsável com os próprios discursos, que quando estava fora do Governo, tinha um discurso, quando estavam dentro, não conseguiram realizar o que pregava. Disse que o PT, apesar de estar sendo dificultado, começava a provar, e a proposta salarial de Belo Horizonte confirmava suas palavras, que realizava administrações profícuas. Falou a seguir, que na Comissão de tudo pelo Prefeito, estava embutida a participação do nacionalismo, e que o PT não intimidava democracia em participação, fazendo a seguir alusão ao Projeto de Tribuna Livre na Câmara de sua autoria e do Vereador Beto Albuquerque do PT. Disse que a Tribuna Livre era a forma de expressão dos segmentos organizados da sociedade, e que para o PT não havia reprovações, e chamava a atenção dos colegas Vereadores que ainda estavam em dúvida, principalmente aqueles que todos sabiam, já tinham posições determinadas, mas aqueles que não tinham posição definida, gostavam de discutir abertamente o projeto da Tribuna Livre na Câmara Municipal. Afirmou que quem vir o povo na Câmara, todo dia, toda a hora, sabendo de tudo, participando de tudo, para que nada ficasse quieto, porque não vinha sendo tal coisa o comprometimento, embora no início da legislatura houve se empenhado, pelo menos nas discussões do PT, que na Câmara via ter os seus trabalhos o mais aberto possível para a Comunidade. Inquirindo, disse que não estava conseguindo tomar realidade a participação popular na legislatura, e uma das formas que ele ditava, e avaliava porque existiam Municípios com experiência no que se podia se apoiar. Falou de Municípios da região que já tinham a regulamentação da Tribuna Livre para a Comunidade. Adiante, dirigindo-se ao nacionalismo, a algumas pessoas no Plenário, que as suas idéias continuavam as mesmas e assim, criavam alguns hábitos, não conseguia lembrar junto, sempre com o Governo, um Governo que ajudava a eleger. Disse que estava identificando em muito clareza, quais haviam sido os discursos, qual fora o oportunismo que um outro, mas o que se elegia incorporava enquanto estivesse nos esmócos, na campanha, mas o quanto estava durante de realizar dos discursos. Por isso, afirmava que suas

idias continuavam as mesmas e falando muito claramente para a população da educação, que sabia, uma das suas conclusões era a gestão democrática, a forma de administrar com o interesse voltado para a grande maioria, honrando de luta dos profissionais de educação a gestão democrática nas escolas. Agradecemos ser um dos itens que identifiquei no momento como afastado, como não interpretado de discurso para a prática, com o governo esquecendo a gestão democrática, e tanto esquecer que o povo mag e que o maior questão no momento que passava pela sobrevivência do trabalhador, que era o salário, o governo se negava a discutir de forma paritária, igualitária. A seguir, o Vereador do PT, agradeceu ao Vereador Belto Albuquerque do PSB, por ter o mesmo pedido em 10 minutos de seu tempo. Prossequindo, disse que o PT e o PSB andavam muito próximas na formulação e criação de processos que poderiam construir uma sociedade mais justa, mais igualitária para todos, e que na última eleição haviam trabalhado muito juntos, tendo certeza de que continuariam no trabalho, no momento de forma mais responsável na certeza de que iam atingir em curto prazo etapas mais importantes. Dando prossequimento a sua fala, disse o orador que gostaria de voltar a questão geral, a avaliação geral da conjuntura nacional estando algumas informações, e que queria, tirar confusão e respeito do participante, enfatizando que não se lembrava muito da palavra, que era muito usada antes do golpe de 64, e que agora estavam usando dentro o PT, estava atrelada, era "corrente da CUT, ou a "CUT era corria do PT", e que não era verdade. Disse que o militante do PT era participante no seu Sindicato, no seu movimento popular e a CUT era a central dos trabalhadores, que também apelava a formar, era a central de lutas e tinha muito orgulho por ter se relacionado com aqueles que lutavam pelos trabalhadores. Quanto ao dinheiro do PT, era gerado pelo militante que deixava um por cento todos os meses e, que os parlamentares do PT contribuíam com cinco por cento do salário, para constituir o PT que era sem dúvida o maior do Brasil, com maior número de filiados, com a maior legitimidade dentro dos movimentos populares, e, que continuava buscando o engajamento de todos aqueles que queriam uma nova proposta para o Brasil. Disse que embora uma campanha

grande campanha Nacional de animação, não sabiam se iam casar Simy com Quirino ou Antônio Carlos Magalhães com Fernando Henrique, mas, iam casar, infelizmente, pois não queriam deixar o PT mudar tais coisas. Disse que tais líderes da Política Nacional estavam assustados e, apesar da campanha que promoveram, no dia anterior a Fide Globo teve que notuar que realmente o PT não está nas pesquisas como estavam querendo, mas que o PT estava subindo e subindo muito coisa. Disse que a Fide Globo notou que no Estado do Rio o candidato do PT estava em primeiro lugar. Falou da importância da participação, pois só assim, seria conhecido um novo Brasil e assim encerrou sua fala. Quando prosseguimento aos trabalhos, o Vereador Luiz Antônio de Melo Sobas, no exercício da presidência passou a direção dos trabalhos para o Presidente Marcos da Rocha Mendes, que de imediato concedeu a palavra ao Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, inscrito no livro de oradores. Iniciando sua fala, o Vereador do PSB falou que na história de casamento referida no discurso do Vereador Ulrico Barreto, havia com medo de alguém querer casar Brizola com Landino e chamar Arias para padrinho. Prossequindo, falou das circunstâncias da política, falou que o político passava a vida inteira defendendo determinadas ideias e, dependendo começavam as cobranças, porque o que priorizado e defendido nos palanques da campanha não estava acontecendo. Prossequindo disse que continuava defendendo as mesmas ideias, continuaria defendendo a liberdade para os funcionários da saúde, continuaria defendendo a participação do Conselho Municipal de Saúde, na gestão do dinheiro do SUS, que tais recursos deveriam ser depositados na conta do Fundo Municipal de Saúde, que continuava defendendo a economia salarial enfim, fez, tudo aquilo que representavam conquistas do trabalhador e do povo. Falou que os debates com o Governo Municipal já eram esperados pois uma campanha eleitoral com diversos partidos por esta data margem a desconfortos de ordem administrativa e política, e, considerou até saudáveis tais discordâncias, pois provocavam a discussão de importantes questões e fortaleciam os partidos. Disse ser importante em tal quadro de divergências que perdurasse sempre entre o Legislativo e o Executivo, havia um canal de comunicação baseado no respeito principalmente.

Quanto a reposição de cem por cento da inflação no episódio salarial, disse ter defendido na última reunião do PSB realizada no Município de Rio de Janeiro, ser impossível um Partido Socialista ou de esquerda estar contra o cem por cento, mas, falou das suas razões, quando ainda obrigado a pagar integralmente a inflação, o Governo poderia entrar numa área de risco com relação aos Municípios, o que era apenas uma dívida, mas cobrada um risco que valia a pena. Com relação a política de reposição salarial adotada em Belo Horizonte, atrelado a arrecadação do Município, indagou ao Vereador Alfredo Barreto qual seria a solução quando a arrecadação não atingisse os cem por cento da inflação, ou seria quando o "gôbete" respondendo disse o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, que caso de fato isso era possível a análise de tal tipo de política. Disse que primordialmente era um tipo de política acordada entre atores, que a fixação dos cem por cento da inflação era um dado fixo, os valores ficavam flutuantes, mas, permanentemente haveria uma conexão, sendo estabelecida a correlação como índice de custo de vida, ou seja, uma fórmula matemática, determinando como o mínimo que o trabalhador não poderia receber por mês menos de sessenta por cento da inflação, que ficava então devido a ele. Prossequindo citou como exemplo que se no mês de março o trabalhador recebia pela arrecadação sessenta por cento, mas no mês de abril o trabalhador recebia cento e trinta e cinco por cento da inflação, e assim ficar caracterizada uma variação, não havendo um percentual fixo. Disse ainda, que em tal política salarial as perdas salariais não eram calculadas, dando como exemplo tais perdas até maio de 1993, ou seja, de maio de 92 a maio de 93, chegando a mais de mil e duzentos por cento e que eram imputadas a ser devolvidas ao trabalhador. Disse que poderia ficar até alguma perda, mas desde que ficasse garantido ao trabalhador que em qualquer hipótese haveria um retorno. Após o Senhor Presidente Carlos da Rocha Barreto, se levantou que fosse perdida a parte a ser antes de qualquer manifestação. Dando prossequimento a sua fala. O Vereador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, após obter a palavra da Presidência, afirmando que fora de quem proferira o aparte do Vereador do PSB, assim, assume o equívoco quando sobre política salarial disse o Vereador Roberto Albuquerque que cem por cento da inflação não significava ganhos para o trabalhador, pois continuaria tendo perdas, mas era

Assim que se podia esperar do Governo, e assim encerrou sua fala, não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna e nem palavras para serem apreciadas no segmento dedicada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente transferiu a Tribuna para a Explicação Pessoal não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus & para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, sobمهتدا a aplicação Atinária, aprovada, sua assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata do Quinta Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 19 de agosto de 1993.

No dia 19 de agosto de 1993, sob a Presidência em exercício do Senador Luiz Antônio de Melo Lopes, e com a cooperação da Secretaria Secretaria pelo Senador Dirceu Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamado regimental os seguintes Senadores: Aurélio Silva de Souza, Adalberto Pinto de Andrade, Aires Bezerra de Albuquerque, Alípio Luiz da Rocha Mendes, Antônio Carlos Carvalho Junqueira, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Eduardo Pereira Neto, Ivan Luiz de Araújo por Victor Elias Kraemer Schmidt, Adalberto Roberto Pereira de Souza, Fernando da Silva Júnior, e Silas Rodrigues Pinto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senador Luiz Antônio de Melo Lopes no exercício da Presidência passou a direção dos trabalhos para o Sr. Presidente Marco da Rocha Mendes. O requer, por lida e aprovada esta do Quinta Reunião